

ANTROPOLOGIA E CULTURA BRASILEIRA

O QUE NOS TORNA BRASILEIROS?

Autoria: Dra. Marcelle Schmitt

Revisão técnica: Dr. Marcelo Flório

Introdução

Como conceituar, de maneira simples e ampla, o que nos torna brasileiros, se uma das premissas que nos define é, em si, a imensa diversidade do nosso povo? A partir de diferentes expressões culturais, podemos pensar a identidade brasileira como um mosaico colorido que reflete a imensidão e a complexidade de culturas que o nosso país apresenta. No estudo da Antropologia, é sempre muito importante não esquecer de nos voltarmos para dados históricos que auxiliem na melhor compreensão de nosso passado — enquanto sociedade — e, a partir desses conhecimentos, construir um olhar situado acerca do presente, das atuais circunstâncias políticas, econômicas e relativas ao que nos constitui enquanto brasileiros.

Assim, para que possamos desenvolver um entendimento, é necessário que voltemos um pouco na história, como faremos em alguns momentos ao longo deste capítulo. Inicialmente, porém, é importante já destacarmos que esse mosaico que caracteriza a identidade brasileira é fruto, em primeira instância, da colonização (século XVI) e das posteriores imigrações (entre os séculos XVIII e XIX). Dito isso, surgem alguns questionamentos: de que forma a colonização e as imigrações contribuíram para o que, hoje, entendemos como identidade brasileira? Que peculiaridades desses grupos poderíamos apontar como mais ou menos centrais no modo como os brasileiros se identificam?

É de extrema importância sublinharmos a centralidade dos indígenas e dos negros na construção de nossa identidade. Estes últimos, inclusive, apesar da riqueza cultural que nos presentearam, ainda hoje sofrem como um grupo marginalizado em nossa sociedade. Em relação a isso, é indispensável nos questionarmos como a história da escravização e da exploração desses povos contribuiu, também, para a desigualdade social, característica tão marcante de nossa identidade.

Para iniciarmos as discussões deste capítulo, é importante que tenhamos em mente que ser brasileiro, nos dias de hoje, trata-se de se constituir a partir da diversidade, da diferença e, infelizmente, da desigualdade. Apesar da multiplicidade de contribuições culturais que caracterizam o país, nossa realidade ainda é marcada pela hierarquização dessas diferenças, o que nos impõe inúmeros desafios no que tange a desenvolver reflexões críticas em

relação a essa temática.

Sendo assim, com base nessas reflexões e questionamentos, podemos iniciar uma caminhada rumo, não a um entendimento fechado e conclusivo sobre o que é ser brasileiro, mas em direção a interrogações, a fim de que possamos nos desacomodar, desestabilizar verdades prontas e construirmos um conhecimento de caráter reflexivo e socialmente responsável.

Bons estudos!

Tempo estimado de leitura: 60 minutos.

3.1 O mito da democracia racial

A ideia de que o Brasil opera a partir de uma democracia racial — isto é, de que em nosso país as relações entre brancos e negros são pautadas pela igualdade de tratamento, tanto no âmbito público quanto no privado — nada mais é do que uma alegoria que não representa a realidade. O que podemos observar, diante das práticas cotidianas, é um racismo velado que se apresenta, na maioria das vezes, em forma de brincadeiras e piadas, bem como se reflete na distribuição de oportunidades e na hierarquia social.

Conforme Pereira (2010), a fim de amainar uma realidade de exclusão, em meados da República Velha, algumas estratégias começam a ser criadas com o intuito de solidificar a ideia de que não haveria violências e preconceitos no Brasil, o que, segundo a autora, dá origem à crença de que no Brasil haveria uma democracia racial. Nesse sentido, na década de 1930, o sociólogo Gilberto Freyre defendeu a tese de que o Brasil seria um exemplo de democracia racial, posto que brancos e negros conviveriam de maneira equilibrada e sem maiores adversidades. Por volta de 1950, no entanto, estudiosos como Florestan Fernandes e Octavio Ianni ficaram conhecidos por difundirem a ideia de que essa democracia se tratava de um mito, visto a realidade de pobreza e a discriminação enfrentada por boa parte da população negra do país.

Oliveira e Costa (2013, p. 281-282), por sua vez, mencionam que:

Quando foi publicado o livro Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre, em 1933, ocorreu uma mudança no pensamento sobre o caráter das relações raciais existentes no Brasil. Freyre, a partir da década de 1930, estudou o desenvolvimento da temática de um novo mundo nos trópicos, construindo a visão do Brasil como um país quase “livre de preconceito racial”, servindo de espelho para o restante do mundo resolver seus problemas raciais – que se viram ainda mais destacados a partir da ascensão do fascismo e do nazismo na Europa. Com isso, ao longo do século XX, ganha força a teoria da mestiçagem.

Influenciada pela obra de Gilberto Freyre (1971), a mestiçagem deu lugar à

apologia da miscigenação, enaltecendo a ideia da democracia racial brasileira. O sociólogo Florestan Fernandes, por outro lado, defendia que o brasileiro possui preconceito de ter preconceitos, ou seja, a partir de um entendimento de que haveria no Brasil uma democracia racial, como na tese apresentada por Freyre, ainda não conseguimos, enquanto sociedade, enxergar uma identidade racial que destoe da europeia, de modo que, se não há diferença, também não haveria preconceito racial.

Ao longo deste tópico, iremos explorar essa questão de maneira mais aprofundada, justamente para que possamos nos questionar a respeito das possíveis relações entre o mito da democracia racial e a nossa identidade enquanto brasileiros.

3.1.1 Escravização e o mito da democracia racial

O Brasil é entendido tanto pelos brasileiros quanto no mundo afora como um país mestiço, composto por inúmeras raças e etnias. A miscigenação brasileira, contudo, não é causa nem consequência de uma democracia racial. Ou seja, embora o Brasil seja reconhecido pela diversidade de seu povo, nem todos os indivíduos possuem as mesmas oportunidades e o mesmo tratamento, seja por parte dos demais cidadãos, seja por parte das instituições. Nossas múltiplas origens — indígena, africana, europeia etc. —, infelizmente, não são sinônimo de igualdade de direitos, apesar de constitucionalmente assim se estabelecerem.

Embora a Constituição Democrática de 1988 apresente, em seu artigo 3º, como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, as circunstâncias não são efetivamente essas. Ou seja, apesar de a lei máxima primar pela igualdade entre todos, podemos observar um abismo entre as condições vivenciadas por mulheres e homens, ou entre pessoas brancas e negras; tanto no que diz respeito a condições mínimas de sobrevivência — como moradia, alimentação e saúde — quanto no que é relativo a oportunidades de ascensão social.

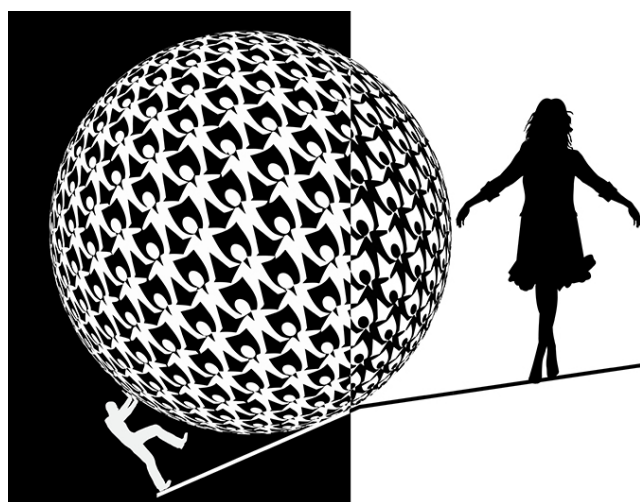


Figura 1 - O mito da democracia racial é uma realidade de preconceito e discriminação
Fonte: Sangoiri, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos o desenho de uma bola grande em um fundo branco e preto com vários bonecos preto e branco desenhados nessa bola e o desenho de uma pessoa branca empurrando a bola. A bola está como se fosse em cima de uma gangorra, do lado há o desenho de uma menina na cor preta em cima da gangorra com o fundo branco. Na representação, a bola está fazendo peso, deixando ela e a pessoa que está empurrando para baixo, enquanto a menina está para cima.

Para que possamos compreender melhor a realidade da questão racial do Brasil, é necessário que voltemos um pouco na história. No período colonial, a partir da exploração das riquezas naturais brasileiras, os portugueses tinham como objetivo produzir bens para serem comercializados no continente europeu. Para tanto, necessitavam de mão de obra. Inicialmente, os índios nativos eram utilizados como escravos nesse processo, mas, pouco tempo depois, foram substituídos por negros africanos.

A lógica econômica e social da época tinha como objetivo assegurar a alta produção demandada pelo mercado europeu, e a mão de obra escrava se constituía como o modo mais rentável de exploração. Contudo, ela não era

lucrativa apenas nesse sentido, uma vez que o tráfico negreiro também proporcionava altíssimos ganhos para as metrópoles, de modo que a escravização do povo negro se tornava duplamente vantajosa para os europeus (MATTOS, 2007).

A escravidão no Brasil percorreu quatro séculos de história, deixando marcas profundas. Ainda hoje, há quem duvide da crueldade empregada contra os africanos escravizados, por isso, torna-se importante enfatizar que a escravidão no Brasil foi caracterizada por um cotidiano de torturas físicas e inúmeras violações de direitos. Além disso, não podemos nos esquecer de que, mesmo após a lei que institui a abolição da escravidão (Lei Áurea, de 13 de maio de 1888), a realidade do negro continuou marcada pela miséria e pelas péssimas condições de vida. Mesmo libertos, não gozavam das mesmas oportunidades que o restante da população: a maioria não possuía moradia, qualquer tipo de assistência, e o desemprego era alarmante devido ao preconceito. Assim, viviam uma realidade de discriminação e de condições materiais extremamente precárias.

As marcas dessa escravidão continuam visíveis na realidade brasileira atualmente. É bastante evidente o fato de que os negros ainda sofrem as consequências do passado. Apesar de todo um esforço individual e coletivo para a modificação dessa realidade desigual, as estruturas sociais e um racismo persistente por parte do restante da população causam entraves para a conquista de uma real igualdade entre negros e brancos no país. Assim, falar da existência de uma democracia racial no Brasil não faz qualquer sentido.

*Nos anos da ditadura militar,
entre 1968 e 1978, a
democracia racial passou a
ser um dogma, uma espécie
de ideologia do estado
brasileiro. Ora a redução do
anti-racismo ao anti-*

racialismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes. (GUIMARÃES, 2005, p. 66)

Isto é, apesar do mito da democracia racial ter sua gênese na colonização e nas imigrações europeias, ganhou maior expressão em um momento histórico e político bastante peculiar da história brasileira: a ditadura militar.



Figura 2 - No Brasil, infelizmente, ainda nos deparamos com uma profunda desigualdade social, especialmente entre pessoas brancas e negras

Fonte: stefanolunardi, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na imagem, há a fotografia de três crianças, uma menina branca, um menino branco e um menino negro. Na imagem, as crianças estão correndo e sorrindo atrás de uma bola de praia de cor amarela, azul e vermelha. As crianças estão em um local aberto com grama e árvores. A menina está de cabelo preso com uma camiseta de manga curta de cor verde claro e um short de cor azul escuro. O menino branco está de camiseta de manga curta de cor azul claro e de bermuda jeans. O menino negro está de camiseta de manga curta de cor vermelha e de bermuda jeans.

Alguns dados são exemplificativos de que a proclamada democracia racial é, na verdade, um mito. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha 13 milhões de pessoas sem ocupação (desempregadas) no terceiro trimestre de 2017. Entre elas, 63,7% (8,3 milhões) são declaradamente pretos ou pardos (BRASIL, 2017). Já conforme o Atlas da Violência de 2017, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2017) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, jovens

negros de baixa escolaridade, do sexo masculino, caracterizam-se como vítimas predominantes de mortes violentas no Brasil. Ainda segundo os dados apresentados pela pesquisa, 71% das pessoas assassinadas no Brasil são negras, de modo que um indivíduo dessa população tem uma probabilidade 23,5% maior de ser assassinado em relação às demais pessoas.

VOCÊ QUER VER?

O filme *Quanto Vale ou é por Quilo?*, de Sérgio Bianchi, apresenta um paralelo entre a realidade atual e o passado escravocrata do Brasil, evidenciando um histórico de desigualdades que perdura até hoje, apesar de se esconder em uma nova roupagem. A película aborda o local do negro na sociedade brasileira, desmistificando um discurso ingênuo acerca de uma possível democracia racial.

Os números apresentados precedentemente não explicam por si só a desigualdade racial que afeta o país, mas demonstram de maneira nítida que ainda estamos demasiadamente afastados de uma realidade social em que diversos indivíduos usufruam de um viver justo e pleno. Os dados provenientes das pesquisas, apesar de não desvendarem os porquês dessas mazelas, podem servir de base para o início de uma discussão acerca tanto do mito da democracia racial quanto de possíveis estratégias que podemos adotar enquanto cidadãos, rumo a uma maior equidade de direitos e acesso a oportunidades.

3.1.2 Preconceito racial: um problema individual e coletivo

Apesar da diversidade de cores e texturas que formam o nosso país, nem todos os grupos étnicos recebem o devido respeito, seja pela cor da pele, seja em decorrência de aspectos culturais, como religião ou hábitos cotidianos. O preconceito racial pode se manifestar desde comentários grosseiros e desrespeitosos até o preterimento de vagas de emprego ou abordagens desnecessárias por parte de agentes públicos ou privados de segurança. Todas essas manifestações — é importante sublinhar — apesar de serem praticadas por indivíduos, possuem suas raízes em uma estrutura social que

avaliza aqueles que cometem atos racistas. Ou seja, essa é uma questão que se baseia na história escravagista e de produção de injustiças contra grupos étnicos, especialmente negros e indígenas.

Para entendermos melhor quanto a isso, analisaremos um caso a seguir.

ESTUDO DE CASO

Joana é uma menina negra que mora na periferia de uma grande cidade. Ao ir para a escola todos os dias, depara-se com inúmeras dificuldades, como a longa distância entre a escola e sua casa, o trânsito no deslocamento e a falta de materiais escolares. Contudo, a maior dificuldade que encontra ao frequentar a escola são as piadas e os deboches que ouve todos os dias. A maioria deles não dizem respeito a sua condição social, já que boa parte dos alunos também sofre com dificuldades financeiras; mas relativas à sua aparência. Joana sempre soube que o volume de seu cabelo crespo não agradava o olhar da maioria dos colegas, e, por isso, normalmente o usa preso.

Será que os colegas de Joana realmente se incomodam por seu cabelo ter um volume maior do que o de outras meninas? Será que outras garotas, que também possuem um cabelo comprido, porém liso, são alvo de piadas? O que poderia ser feito a respeito da situação?

Para questões que envolvem preconceito — ou seja, falta de conhecimento crítico e informado acerca de determinada realidade —, é importante que haja iniciativas que envolvam a conscientização daqueles que agem de modo preconceituoso e racista.

Tendo em vista as reiteradas situações de preconceito sofridas por Joana e que, não raramente, repetiam-se, tendo como vítimas outros jovens da escola, uma das professoras desenvolveu um projeto de conscientização envolvendo toda a comunidade escolar. A proposta teve como objetivo conscientizar e despertar um olhar crítico dos alunos em relação às causas e consequências do preconceito e do racismo.

Apesar de não nascermos preconceituosos, há uma configuração social que nos ensina, com exemplos práticos e discursivos, a compreendermos e tratarmos as pessoas de maneira diferenciada, de acordo com sua cor e/ou

situação financeira. Dessa forma, apesar de não sermos naturalmente perpetradores desses preconceitos, muitas vezes, acabamos reforçando essa realidade de exclusão por meio de atitudes naturalizadas, ou seja, atitudes que empregamos sem qualquer pensamento crítico, como comentários em tom de deboche e expressões que corroboram para um entendimento social desses grupos como inferiores.

Com base na segregação e discriminação racial que nosso país sofreu — e ainda sofre —, as compreensões sociais que temos sobre o que é belo e esteticamente aceitável também estão relacionadas a esse histórico. Nossas concepções de beleza são construídas tanto individual quanto coletivamente, e é importante que tenhamos um olhar crítico a respeito do que compreendemos enquanto belo ou não.

Assim, devemos incentivar a inclusão de pessoas negras nos meios de comunicação. Dessa forma, ao se verem enquanto pessoas representadas nesses locais de destaque, há uma construção de percepções diferentes e mais positivas acerca de si mesmos, além de auxiliar na quebra de estereótipos que a sociedade mantém.

Na sequência, iremos compreender de forma mais detalhada quanto a importância da representação do negro na mídia.

3.1.3 Representação do negro nos meios de comunicação

É possível afirmar que os meios de comunicação são representativos de parte da realidade em que vivemos. Apesar de, muitas vezes, não retratarem cenas fiéis do cotidiano de boa parte dos brasileiros, programas televisivos expressam peculiaridades de nossa sociedade. Assim, a partir do que é veiculado nas mídias, é possível construirmos uma interpretação — mesmo

que parcialmente — da estrutura social em que estamos inseridos. Um exemplo disso é o que ocorre com a representação de pessoas negras em novelas, filmes e programas de entretenimento em geral. São raras as ocasiões em que afrodescendentes ocupam papéis de protagonistas ou desempenham funções hierárquicas mais elevadas nesses espaços.

Apesar de, na maioria das vezes, ficarem concentrados em um núcleo de menor poder aquisitivo e posições hierárquicas inferiores, os personagens negros, segundo Lima (2001), desde os anos de 1970, têm sido retratados nas telenovelas tendo, em alguma medida, projeção social. Contudo, eles parecem não possuir uma história própria, de modo que a autora os chama de “personagens soltos”. Ou seja, não se explora de maneira mais aprofundada questões relativas às subjetividades e relações afetivas desses personagens, relegando a eles posições secundárias e de menor importância na trama.

Ainda conforme a autora, estereótipos como da “mulher negra sensual” ou do “fiel empregado negro” são uma constante nas telenovelas brasileiras, de maneira que reforçam certas percepções estereotipadas da realidade social, enfatizando uma extrema sexualização ou uma obediência servil.

Em grande medida, os meios de comunicação acabam reforçando preconceitos já existentes, como a do negro que mora apenas na favela, está ligado à criminalidade e à violência ou ocupa cargos como de diarista, gari e motorista. Com isso, é importante desenvolvermos uma reflexão: pessoas negras ocupam apenas essas posições em nossa sociedade?

VOCÊ QUER VER?

O documentário *A Negação do Brasil: o Negro na Telenovela Brasileira*, produzido e dirigido por Joel Zito Araújo, lança um olhar crítico acerca do papel de pessoas negras na teledramaturgia brasileira. Ao representar papéis que, na grande maioria das vezes, reforça estereótipos negativos, os atores são colocados em um local de menor prestígio, em um âmbito que ainda prevalece uma estética predominantemente branca.

Apesar de a população negra ter menos acesso à ascensão social em nosso

país, em decorrência de processos sociais e históricos diversos, existem afrodescendentes em posições superiores, com alto poder aquisitivo e que são referências em seus locais de atuação. Nesse sentido, é fundamental que essa realidade também seja expressa em retratações, a fim de que não apenas as pessoas negras possam se reconhecer nesses exemplos — sentirem-se representadas —, mas que o resto da população também possa rever seus preconceitos e estereótipos no que tange a questão racial.

VOCÊ O CONHECE?

Conceição Evaristo é escritora e intelectual negra, considerada uma das principais expoentes da literatura brasileira. A autora, mestre e doutora em Literatura, brinda seus leitores com reflexões a respeito da discriminação racial, de gênero e de classe, tendo como intuito recuperar a história e a memória dos afrodescendentes brasileiros.

Consoante Lima (2001), apesar de a população negra representar grande parcela dos brasileiros, ela ainda não é evidenciada de maneira igualitária, em relação às demais etnias, nos meios de comunicação em geral. Com essa problemática, uma mudança apenas em termos de numéricos — isto é, uma maior proporção de negros nas telenovelas por exemplo — não seria a solução. Para além de uma modificação em termos quantitativos, é necessária uma reflexão acerca de que forma as pessoas negras têm sido representadas e quais mudanças entendemos serem necessárias nesse sentido.

A seguir, continuaremos a tratar de aspectos históricos e antropológicos que se relacionam à construção de uma identidade brasileira, mas, agora, por meio do estudo da imigração europeia no Brasil.

3.2 Um país de imigrantes: Europa

Se, antes, tratávamos da porção da população brasileira descendente de negros, cuja história é marcada especialmente pela escravização e pela vinda forçada ao nosso país, a partir de agora iremos focar naqueles que colonizaram o nosso país: os imigrantes europeus.

Desde a chegada dos primeiros portugueses — por volta de 1530 — até a chegada de colonos provenientes de outras partes da Europa, no início do século XIX, com a promessa de melhores condições de vida, a identidade brasileira foi se constituindo a partir da diversidade de culturas e costumes. Os colonos, especialmente representados por italianos, alemães e suíços; ao chegarem a terras brasileiras, dedicaram-se, sobretudo, à pecuária e agricultura, estabelecendo um legado nessas áreas de produção. Dessa forma, a influência da cultura europeia em nosso país é bastante contundente e pode ser observada de maneira muito expressiva no cotidiano dos brasileiros.

3.2.1 Imigração europeia e o processo civilizatório

É indispensável refletirmos a questão da imigração europeia a partir de suas contribuições e efeitos na atual sociedade brasileira. A vinda de colonos provenientes do velho mundo pode ser compreendida, também, a partir de um projeto político, ou seja, enquanto um processo civilizatório. A partir de um ideal de que pessoas brancas eram superiores às demais, justificou-se o modelo de colonização ocorrida no Brasil. Não podemos esquecer, também, da centralidade das religiões europeias no processo de colonização e na construção de uma identidade nacional. Especialmente os jesuítas — que comandavam a educação no país — tiveram grande influência no que tange ao desenvolvimento intelectual, trazendo a perspectiva da escolástica e da filosofia universalista.

A despeito das contribuições educacionais, o ensino religioso, aqui entendido como um sistema cultural nos termos de Geertz (2014), conjuntamente à exploração da força de trabalho de indígenas, suprimiu progressivamente a cultura dos nativos brasileiros. Assim, o país passou por um processo de

implantação de uma cultura religiosa fundamentada em princípios universais, que intentavam explicar o mundo com verdades englobantes e simplificadoras, não levando em consideração particularidades e divergências culturais. Isso contribuiu para o desenvolvimento de uma índole de distinção social em que as camadas cultas eram marcadamente separadas dos demais, especialmente dos escravos. Lamentavelmente, tal demarcação pode, ainda hoje, ser observada de maneira contundente nas desigualdades cotidianas que permeiam a sociedade brasileira.

VOCÊ SABIA?

Para o antropólogo estadunidense Clifford Geertz, as religiões podem ser compreendidas enquanto sistemas culturais, um sistema de símbolos que atua no sentido de instaurar disposições contínuas nas pessoas por meio do desenvolvimento de ideias relativas à existência geral. Essas concepções teriam capacidade de incorporação nas pessoas, que seriam compreendidas e vividas enquanto totalmente realistas e fatuais (GEERTZ, 2014).

Apesar das várias contribuições europeias para a cultura brasileira, é importante atentarmos para o fato de que a vinda de colonos europeus se tratou, principalmente, de uma política de branqueamento da população brasileira. Assim, com o alto número de africanos escravizados residindo no Brasil — e tendo o um país uma população nativa que era indígena, também não branca — ponderar a instituição de iniciativas que objetivassem o branqueamento da população. Desse modo, é possível compreendermos a miscigenação brasileira não apenas a partir da beleza da diversidade, mas como um processo perverso de construção de um país cada vez mais branco e menos pardo e negro.

Para Schwarcz e Starling (2015), a miscigenação forçada de brancos, índios e negros, da qual é consequência a diversidade cultural que nos deparamos no Brasil, foi tanto um processo de violência quanto marcado por ambiguidades. Vale enfatizarmos, ainda, o caráter político das imigrações, para além de uma oportunidade para que alguns colonos europeus desenvolvessem uma

agricultura própria e habitassem locais até então ermos. A abertura do Brasil para receber pessoas de diferentes partes da Europa pode ser compreendida como um empreendimento que teve objetivos bastante evidentes de reabitar o país, uma vez que a população que aqui se encontrava — em grande quantidade negra — não agradava à elite que comandava o país.

Na sequência, nos aprofundaremos quanto às demais contribuições europeias e a forma como elas afetam nossa identidade enquanto brasileiros.

3.2.2 Um pedaço da Europa no Brasil

Nossos hábitos alimentares, a língua portuguesa, nossa organização econômica e política, a organização urbana e nossos meios de comunicação possuem raízes no modo de viver europeu-ocidental. É importante sublinhar que essas influências não decorrem somente da colonização territorial, mas também de uma colonização simbólica, algo que se dá no plano da subjetividade dos indivíduos, na constituição das identidades.

Desde os padrões de beleza dominantes ao nosso paladar e preferências culturais, tudo isso vem carregado de teor colonizador. Isto é, tem seus fundamentos em um modo de viver e interpretar a realidade que é tido como mais hegemônico.

VOCÊ SABIA?

A cidade de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, é tida como berço da colonização alemã no Brasil. Com o intuito da criação de uma nova classe média que se dedicasse especialmente à agricultura, os alemães foram incentivados a virem para terras brasileiras, especialmente aquelas que se localizassem em uma região de fronteira, como o sul do país.

Com isso, devemos nos perguntar de que modo nossas preferências são condicionadas a partir dessas influências e de que modo elas nos constituem enquanto indivíduos. Um exemplo é a maneira como interpretamos e enxergamos a beleza, seja em pessoas, seja nas artes ou na arquitetura. Essas construções simbólicas reforçadas ao decorrer da história direcionam

nossos gostos e preferências, constituindo-nos subjetivamente.

É necessário ressaltar, contudo, que, embora se tratem de construções, esses hábito — modo de ser e interpretar a realidade que nos cerca — necessitam de um esforço de reflexão e problematização contínua, a fim de que possamos respeitar e, de fato, apreciar as diversas formas de ser e estar no mundo. O que é apresentado por Laraia (2000, p. 105), antropólogo brasileiro, nos ajuda a entender essa dinâmica:

[...] cada sistema cultural está sempre em mudança. Entender esta dinâmica é importante para atenuar o choque entre as gerações e evitar comportamentos preconceituosos. Da mesma forma que é fundamental para a humanidade a compreensão das diferenças entre povos de culturas diferentes, é necessário saber entender as diferenças que ocorrem dentro do mesmo sistema. Este é o único procedimento que prepara o homem para enfrentar serenamente este constante e admirável mundo que está

por vir.

Devemos, então, ter em mente que nossas concepções etnocêntricas não se voltam apenas para um “outro” distante, mas também para aquilo que difere e está presente em nosso cotidiano. Sejam pessoas de classes sociais, raças ou credos diversos, a diferença se apresenta a todo o momento, e não apenas em ocasiões que compreendemos enquanto extraordinárias. A questão da imigração, por exemplo, nos coloca o desafio de conviver, enquanto sociedade, com a diversidade nas mais diferentes situações do dia a dia, assim como nos leva a repensar hábitos e costumes.

Não é novidade que os legados dos imigrantes europeus fazem parte do que compreendemos como identidade brasileira, contudo, há outro grupo de imigrantes que, apesar de ser expressivo, não é tão comumente abordado quando se discute a história de nosso país: os japoneses.

3.3 Um país de imigrantes: Ásia

A imigração asiática, que tem sua maior expressão com a vinda de japoneses no ano de 1908, lembra-nos que o Brasil não foi construído apenas por africanos, indígenas e europeus, mas contou, também, com a participação de uma cultura ocidental que ainda é viva em alguns locais do país. A partir de agora, abordaremos algumas das contribuições desse povo, a fim de melhor compreendermos de que forma a cultura asiática se relaciona ao que hoje entendemos como ser brasileiro.

3.3.1 Japoneses no Brasil

Os primeiros japoneses vindos ao Brasil desembarcaram no estado de São Paulo, no porto da cidade de Santos. Como os custos da viagem até ao Brasil eram altos, os imigrantes que aqui chegaram eram, em sua maioria, advindos de uma classe média rural e, em boa medida, correspondia aos interesses do governo brasileiro.

No país, havia uma grande demanda de trabalhares para as lavouras de café e, conseqüentemente, nessa mesma época, o Japão vivenciava uma crise, especialmente no meio rural, por motivo do processo de modernização e industrialização.

VOCÊ QUER LER?

O livro *100 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*, de Jhony de Arai e Cesar Hirasaki, trata da chegada dos japoneses ao Brasil, a partir do ano de 1908, e do sonho que traziam consigo de conquistar melhores condições de vida. Além disso, a obra aborda como a imigração auxiliou no estreitamento de laços políticos e econômicos entre Japão e Brasil.

Conforme Kehdy e Silva (2010), a imigração japonesa pode ser entendida a partir de cinco fases distintas. Veja a seguir.

Veja na imagem a seguir, o local onde há maior concentração de descendentes de japoneses da cidade de São Paulo.



Figura 3 - Avenida do bairro da Liberdade, na cidade de São Paulo

Fonte: Diego Grandi, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos a fotografia da avenida do bairro Liberdade, na cidade de São Paulo. Na imagem, há a circulação de carros e pessoas, há bancos no meio da calçada da avenida com pessoas sentadas, também há postes de luz no estilo da cultura japonesa na cor vermelha, há algumas árvores dos dois lados da avenida, além de prédios.

Após mais de 100 anos de imigração japonesa no Brasil, já estamos

habituaados a alguns dos costumes e, até mesmo, com algumas palavras de origem japonesa, como “tatame”, “karaokê”, “shoyo”, “tofu”, “shiatsu”, entre tantas outras.

VOCÊ SABIA?

Nikkei é a palavra japonesa utilizada para designar os descendentes de japoneses que nasceram fora do Japão ou que vivem já há algum tempo fora do país. Assim, os imigrantes ou filhos de imigrantes japoneses que residem no Brasil são conhecidos entre si como *Nikkeis*.

Das comidas aos origamis, os japoneses nos brindaram com uma série de tradições que, aos poucos, foram sendo incorporadas ao modo de vida brasileiro e que, hoje, fazem parte de nosso cotidiano. Além de alguns alimentos que foram introduzidos em nosso cardápio — como o pepino e a berinjela —, os japoneses trouxeram ao país o conceito de cooperativismo e tiveram papel central no aprimoramento da agricultura brasileira, sobretudo no que diz respeito ao cultivo de grãos como milho e soja.

3.3.2 Japoneses no Brasil e a questão da identidade

Após uma breve apresentação sobre a história da imigração japonesa e suas contribuições para o nosso país, é importante refletirmos sobre as consequências disso e de outros movimentos migratórios, já antes abordados, para o que compreendemos como sendo uma identidade brasileira.

Você já se perguntou, por exemplo, por que os demais descendentes de imigrantes são chamados de brasileiros, enquanto que os descendentes de japoneses ainda são denominados a partir de sua origem asiática? Em outras palavras, por que é pouco provável que chamemos um descendente de italiano de “italiano”, ao mesmo tempo em que é bastante plausível denominar um descendente de japonês de “japonês”, apesar de ambos terem nascido no Brasil? No caso dos descendentes de japoneses, apesar de estarem

profundamente integrados às dinâmicas de nosso país, parece haver um distanciamento quando o foco se torna a questão de identidade.



Figura 4 - A identidade brasileira não é algo coeso e bem definido, mas, sim, um composto de múltiplas origens e culturas

Fonte: PRILL, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos o desenho de uma digital de um dedo humano de cor preta em um fundo de cor branca.

Outro questionamento possível seria a respeito de como tais questões se relacionam com uma maior preservação de costumes originários desses imigrantes. Será que o fato de alguns terem permanecido entre os japoneses torna a identidade japonesa mais forte no Brasil? Por que isso ocorre? Certamente, isso tem relação com um esforço dos descendentes no sentido de conservar hábitos e práticas culturais, mas também possui ligação com momentos históricos e a forma como chegaram ao nosso país.



Figura 5 - Apesar de já estarem há muito tempo inseridos à realidade brasileira, descendentes de japoneses conservam hábitos e costumes característicos de seu país de origem

Fonte: vepar5, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos a bandeira japonesa de fundo com as cores branca e vermelha e uma mão fazendo um sinal como se fosse de "ok" na frente da bandeira.

Diferentemente dos afrodescendentes, que, em sua maioria, aportaram no Brasil enquanto escravos, os imigrantes de origem japonesa vieram ao país em uma condição de pessoas livres. Por isso, detinham a liberdade de se expressarem culturalmente de maneira muito mais livre do que os negros escravizados. Aliás, é importante que façamos esse movimento histórico, a fim de uma melhor compreensão acerca do nosso presente enquanto brasileiros.

3.4 Etnocentrismo e relativismo cultural

A origem etimológica do etnocentrismo provém da palavra grega “ethnos”,

utilizada para designar “etnia”, “povo” ou “raça”, de modo que alude ao fato de tomar a sua etnia como eixo central, a partir da qual diferentes grupos são compreendidos.

Etnocentrismo é uma visão de mundo onde o nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos são pensados e sentidos através dos nossos valores, nossos modelos, nossas definições do que é existência. No plano intelectual, pode ser visto como a dificuldade de pensar a diferença; no plano afetivo, como sentimentos de estranheza, medi, hostilidade etc. (ROCHA, 2017, p. 7)

Assim, o etnocentrismo se trata de um julgamento com base em nossa própria cultura, em que esta serve de parâmetro para a compreensão pouco crítica de realidades diferentes. Nesse contexto, cabe o exercício de estranhamento, isto é, o movimento de desacomodar nosso olhar e estranhar o que é, por nós, compreendido como comum, ou, ainda, empreender a tentativa de se colocar no lugar do outro e desenvolver interpretações possivelmente mais livres de julgamentos. Isso, inclusive, relaciona-se a outro

conceito: o relativismo cultural.

Voltando ao etnocentrismo, poderíamos, também, compreendê-lo como uma forma de egocentrismo social. Apesar de a comparação ser complexa, ela aponta o comportamento autocentrado e a cegueira – tanto individual quanto coletiva – que o etnocentrismo pode causar. Assim, é necessário o empreendimento de um exercício constante de deslocamento de nossas premissas culturais, a fim de não ignorar a diversidade de modos de vida e organização social, estando sempre vigilantes a respeito dos males que um comportamento ou maneira de pensar etnocêntrico pode causar.

3.4.1 Implicações do etnocentrismo

Ao ler a realidade social somente através de uma lente – aqui compreendida como a cultura e os hábitos –, não apenas menosprezamos as diversas formas de existir no mundo que diferem ou, até mesmo, são opostas às nossas, mas também deixamos de conhecer – de maneira profunda e livre de preconceitos – a pluralidade de modos de existência. Para além disso, o etnocentrismo pode ser a gênese de males severos e de consequências trágicas.

Conforme Rocha (2017), o etnocentrismo se ancora em um reforço da identidade do “eu”. Na sociedade ocidental em particular, ele possui aliados muito fortes, de modo que se constitui, também, a partir de uma lógica de progresso, desejo de riqueza e ânsia por conquista, suprimindo e eliminando a diferença.



Figura 6 - O etnocentrismo traz a dificuldade ou incapacidade de ver a realidade através de outras perspectivas

Fonte: lolloj, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos o desenho de figuras geométricas na cor laranja em um fundo de cor grafite como se tivesse imitando uma pedra. Os desenhos geométricos estão representando a cabeça de duas pessoas se olhando. Os demais desenhos são apenas quadrados e círculos.

A intolerância religiosa, os preconceitos raciais, a xenofobia, o machismo, a homofobia e a transfobia são maneiras através das quais se expressam o etnocentrismo. Assim, se tenho uma atitude a partir de um entendimento de que apenas a forma como vivo e me expresso é a correta e mais adequada, sem considerar que há uma diversidade de maneiras de ser — apesar de talvez não me identificar com elas —, estou agindo de modo etnocêntrico. Todos nós, em diferentes momentos da vida, já pensamos e agimos dessa forma. Além disso, muito possivelmente, voltaremos a nos comportar e a pensar dessa maneira em certas ocasiões ou épocas de nossas vidas, mas é exatamente por isso que devemos exercitar nossa capacidade reflexiva, no intuito de rever nossos conceitos, nossas ações e expressões em relação a determinada pessoa ou ideia.

[...] é na própria medida em que pretendemos estabelecer uma discriminação entre as culturas e os costumes, que nos identificamos mais completamente com aqueles que tentamos negar. Recusando a humanidade àqueles que surgem como os mais 'selvagens' ou 'bárbaros' dos seus representantes, mas não fazemos que copiar-lhes as suas atitudes típicas. O bárbaro é em primeiro lugar o homem que crê na barbárie. (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 4)

Em outras palavras, o autor nos sugere que, ao diferenciarmos os indivíduos, criando hierarquizações e juízos de valor, acabamos nos tornando exatamente aquilo que pretendemos nos distanciar, isto é, o "bárbaro" ou "selvagem", que, em nossas concepções distorcidas, representa o caos ou uma humanidade de menor valor. Assim, tendo atitudes etnocêntricas, estamos criando uma imagem deturpada da realidade do outro, assim como nos tornando menos humanos e mais "bárbaros".

VOCÊ QUER LER?

O livro *O Que é Etnocentrismo*, de Everardo Rocha, é uma fonte didática bastante completa acerca do termo. A obra, apesar de datar os anos 1980, apresenta de forma sucinta e pedagógica algumas nuances sobre o etnocentrismo, o relativismo cultural e suas relações com a Antropologia. É uma bibliografia indispensável para uma pesquisa inicial!

Isso, no entanto, não significa que precisamos modificar a forma como vivemos ou nossas concepções acerca de determinados assuntos. Significa, apenas, que estamos dispostos a conviver com o diferente, compreendendo que, apesar do outro se expressar de maneira diferente, sua forma de ser e pensar é tão legítima quanto a minha. Esse exercício faz parte do que podemos chamar de relativismo cultural.

3.4.2 Relativismo cultural e alteridade

De acordo com Rocha (2017), a partir do momento que nos propomos a entender que as verdades se tratam mais de posições acerca das quais construímos nosso entendimento da realidade, e que elas variam de acordo com as contingências históricas, o lugar que habitamos no mundo e uma diversidade de outros fatores, estamos exercendo a relativização. Relativizar é, portanto, entender algo a partir de seu contexto, e não enquanto uma expressão absoluta da realidade. Assim, quando empreendemos a tentativa de compreender o outro a partir de seus próprios valores, desprendendo-nos dos nossos, estamos relativizando.

Enfim, relativizar é ver as coisas do mundo como uma

relação capaz de ter tido um nascimento, capaz de ter um fim ou uma transformação. Ver as coisas do mundo como a relação entre elas. Ver que a verdade está mais no olhar que naquilo que é olhado. Relativizar é não transformar a diferença em hierarquia, em superiores e inferiores ou em bem e mal, mas vê-la na sua dimensão de riqueza por ser diferença. (ROCHA, 2017, p. 20)

Nesse sentido, o relativismo cultural se caracteriza pelo exercício de compreensão de outros modos de viver, a partir de novos olhares, menos autocentrados e mais abertos a diferentes lógicas de organização e interpretação da realidade. Ou, de maneira simplificada, “O relativismo cultural é o oposto do etnocentrismo. Refere-se à crença de que todas as culturas e todas as práticas culturais têm o mesmo valor” (BRYM *et al.*, 2008, p. 88).

Também podemos entender o relativismo cultural como a postura de compreensão de um indivíduo em relação a outro de uma cultura diferente, por exemplo. Ao se mostrar aberto para entender, despindo-se de julgamentos anteriores, aquilo que difere de sua realidade, uma pessoa está exercendo o relativismo cultural.

A Antropologia se caracteriza por se dedicar ao estudo do outro e, assim, da diferença. Contudo, ela também foi, em

seus primórdios, um empreendimento etnocêntrico, que, gradativamente, traduziu-se em um exercício de alteridade.

A alteridade, por sua vez, se caracteriza pela interação com o outro. Isto é, parte-se da compreensão de que eu só sou quem sou em relação ao “outro”. Resumindo, somos todos interdependentes, de maneira que nos constituímos por meio da diferença.

Conforme o antropólogo Velho (2008), o que entendemos como “outro” sublinha a diferença que compõe o social, de maneira que ela se traduz, ao mesmo tempo, em ponto de tensão e fundamento da vida social.



Figura 7 - Na alteridade, o outro nos ajuda a entender quem somos

Fonte: Rawpixel.com, Shutterstock, 2021.

#PraCegoVer

Na figura, temos a fotografia de sete pessoas brancas e negras, sentadas a frente de uma mesa, elas estão sorrindo e mexendo em celulares e tablets. O cenário da imagem é como se as pessoas estivessem em um escritório.

É necessário apontar, portanto, que todas essas diferenças e contrastes entre o “eu” e o “outro” fazem parte do que compõe nossas identidades enquanto indivíduos e grupos. Nesse sentido, torna-se impossível o entendimento do indivíduo senão a partir da compreensão da existência e das particularidades do outro. Além disso, esse contato com o diferente evidencia e reforça nosso entendimento acerca de nós mesmos e, por isso, torna-se tão importante. Assim, o contato do Velho Mundo (Europa, África e Ásia) com as Américas foi tão central para o que hoje conhecemos como Antropologia e, como consequência, para as noções de relativismo cultural e alteridade. Se antes, para os europeus, o mundo compreendia apenas três continentes, a partir do século XV os horizontes são expandidos, tanto territorialmente quanto culturalmente. Com isso, as navegações possibilitaram uma interação com o outro que até então não havia existido.

A descoberta da existência de populações inteiras com hábitos e costumes extremamente diferentes dos conhecidos viabilizou, para além de um mero choque de culturas, o início de um movimento de compreensão das

diferenças. Certamente isso não se deu sem conflito, uma vez que podemos apontar inúmeras injustiças e desigualdades provenientes desses contatos entre culturas. Contudo, nem por isso devemos deixar de mencionar sua importância histórica para a realidade diversa que hoje avistamos tanto no Brasil quanto no mundo.

Em certo sentido, esse deslocamento foi a primeira oportunidade que muitos tiveram de se deparar com um contraste tão profundo de culturas, o que despertou não só sentimentos de medo e estranhamento, mas também de curiosidade e encanto. Ao ter acesso a costumes extraordinariamente distintos, o que provocou uma série de conflitos e embates, passou-se, aos poucos, a se produzir um conhecimento advindo das diferenças. Dessa forma, há todo um movimento no contexto da Antropologia, no sentido de caminhar rumo a superação do etnocentrismo e que se relaciona, também, aos diferentes modos como essa disciplina tem entendido a cultura, que vai desde formas mais etnocêntricas até concepções mais relativizadoras. O esforço nessa perspectiva não é somente no contexto acadêmico, no caso da Antropologia, mas deve ser um exercício individual e coletivo de constante reflexão no que tange à diferença e aos modos como nos relacionamos com ela.

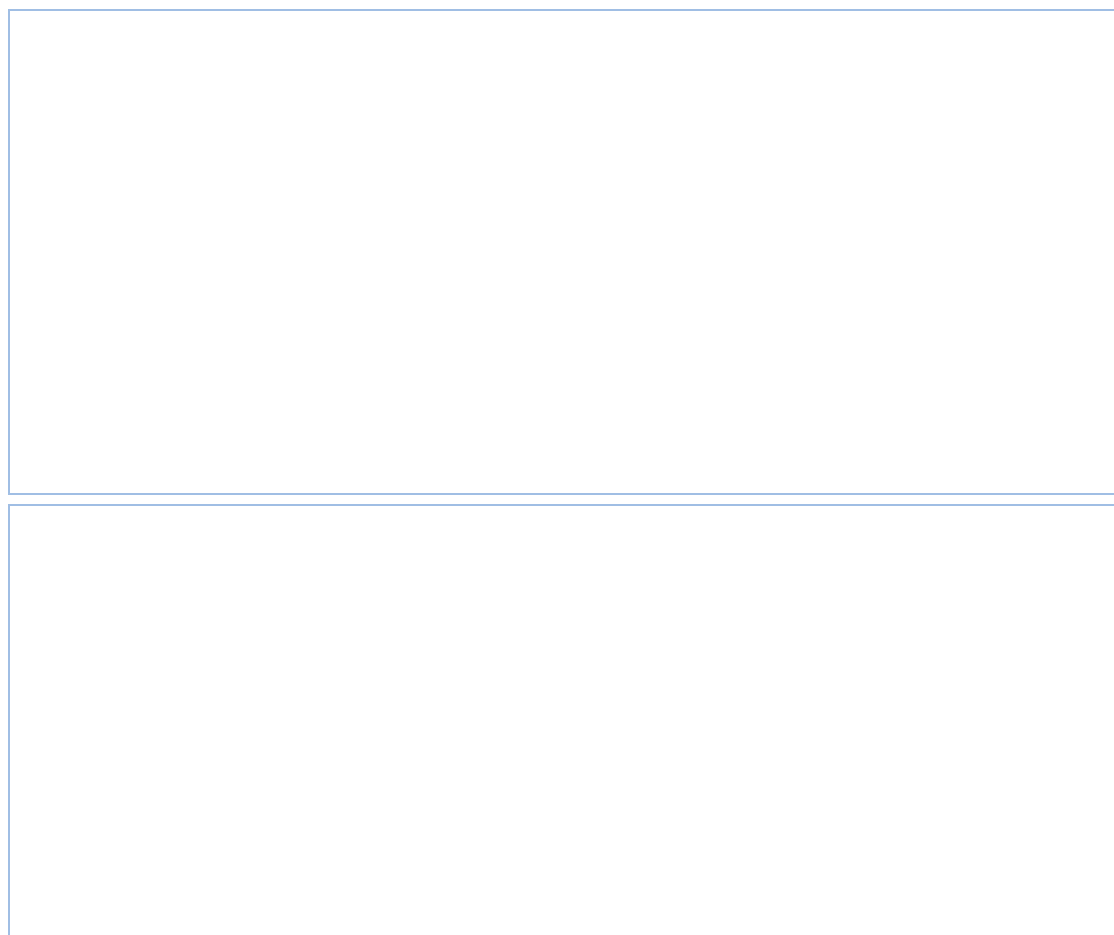
3.4.3 Etnocentrismo, relativismo cultural e o cotidiano das interações sociais

Como já mencionado anteriormente, nossas relações são todas baseadas na diferença, sejam elas mais ou menos profundas, de maneira que nos guiam na construção e na compreensão de nossas identidades individuais e coletivas. É importante nos interrogarmos, então, o motivo de alguns tipos de diferenças serem mais aceitos e respeitados do que outros, bem como as possíveis implicações disso no convívio cotidiano. Uma forma possível de iniciarmos essa discussão é a partir da seguinte reflexão: por que nos afeta mais profundamente a forma como grupos indígenas brasileiros se organizam socialmente do que o modo como os ingleses ou os norte-americanos o fazem?

A verdade é que, apesar de serem brasileiros, assim como nós, os indígenas possuem hábitos coletivos, que, por vezes, distanciam-se da lógica como nós, socializados a partir de uma racionalidade mais urbana e ocidental, vivemos. Evidentemente, essa questão perpassa aspectos históricos que remetem à nossa colonização.

Precisamos sublinhar, então, que esse nosso estranhamento não é algo natural, mas tem suas raízes em concepções historicamente construídas e reforçadas ao longo do tempo. Muito provavelmente nos aproximamos mais

de uma lógica inglesa e norte- americana do que indígena, mesmo esta sendo parte fundante de nossa identidade. Poderíamos deslocar esse exemplo para inúmeras outras situações, de modo que constataríamos que a proximidade geográfica não é proporcional à aproximação dos hábitos culturais e cotidianos. Esse ponto nos remete novamente a questão do etnocentrismo e nos ajuda a perceber que este não se trata somente de atitudes que podemos ter apenas em relação ao outro, mas em relação a um outro muitíssimo próximo e que, até mesmo, compartilha de semelhanças, apesar de diferir em outros aspectos.



Por todas essas razões, e por tantas outras que poderíamos elencar, torna-se incontestável a importância de discutirmos essas questões. O etnocentrismo e o relativismo cultural estão imiscuídos em nossos cotidianos das mais diversas formas, sendo sua reflexão de suma importância nos mais diferentes âmbitos, sejam familiares, acadêmicos, profissionais ou de lazer. Ainda, em um quadro mais amplo, essas questões estão profundamente imbricadas em âmbitos político, econômico e histórico, de modo que devem ser pensadas não somente através de um viés individualista e centrado no presente, mas levando em consideração uma abordagem social e abrangente, para que possamos visualizar e repensar suas consequências mais amplas e

atemporais.

CONCLUSÃO

Finalizamos a terceira unidade desta disciplina. Ao longo de nossos estudos, pudemos refletir, a partir da Antropologia e ancorados na História, sobre o que faz de nós brasileiros. Apesar de não concluirmos com respostas fechadas, já que esse nem mesmo era nosso objetivo, nos aproximamos da temática e aprendemos sobre alguns aspectos que contribuem para a formação da identidade brasileira.

Nesta unidade, você teve a oportunidade de:

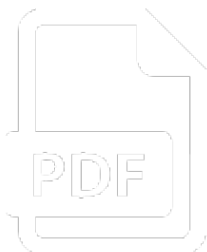
aprender sobre o mito da democracia racial;

compreender a escravização e o preconceito racial enquanto problemas individuais e coletivos;

analisar a representação do negro nos meios de comunicação; entender a imigração europeia e o processo civilizatório;

compreender as contribuições das imigrações europeias e japonesas na identidade brasileira;

aprender conceitos como etnocentrismo e relativismo cultural, bem como suas relações no cotidiano.



Clique para baixar conteúdo deste tema.

Referências

ARAI, J.; HIRASAKI, C. **100 anos da imigração japonesa no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2008.

ARAÚJO, J. Z. **A negação do Brasil**: o negro na telenovela brasileira. São Paulo: Senac SP, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: terceiro trimestre de 2017. Brasília: IBGE, 2017.

BRYM, R. *et al.* **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. Londres: Cengage Learning, 2008.

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 5. ed. Florianópolis: Moderna, 2004.

FERNANDES, F. **A integração do negro à sociedade de classes**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra da Universidade de São Paulo, 1964.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo/Ed. 34, 2005.

IPEA; FBSP. **Atlas de Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA e FBSP, jun. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017> (<http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/2/2017>). Acesso em: 14 maio 2021.

KEHDY, M. O.; SILVA, D. M. **A presença japonesa em Minas Gerais**: imigração e investimento (1908-2008). Belo Horizonte: Associação Mineira de Cultura Nipo-Brasileira, 2010.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e história. In: LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

LIMA, S. M. C. de. A personagem negra na telenovela brasileira: alguns

momentos. **Revista USP**, São Paulo, n. 48, p. 88-99, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32894/35464> (<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/32894/35464>). Acesso em: 14 maio 2021.

MATTOS, R. **História e cultura afro-brasileira**. São Paulo: Contexto, 2007.

OLIVEIRA, L. F. de; COSTA, R. C. R. da. **Sociologia para jovens do século XXI**: livro do professor. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

PEREIRA, L. R. B. A visibilidade da violência e a violência da invisibilidade sobre o negro no Brasil. *In*: ALMEIDA, M. da G. B. (org.). **A violência na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.

QUANTO vale ou é por quilo?. Direção: Sergio Bianchi. Brasil: RioFilme, 2005. 1 DVD (110 min.), son., color.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 117-149, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192> (<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192>). Acesso em: 14 maio 2021.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

